

PATRIMÔNIO EM POTÊNCIA: O CASO DO MUSEU DA CIDADE DO RIO GRANDE - MCRG

MATHEUS PEREIRA DA COSTA¹; DIEGO LEMOS RIBEIRO
(ORIENTADOR)²; RITA JULIANA SOARES POLONI (COORIENTADORA)³

1 Universidade Federal de Pelotas – UFPEL – mpcosta@edu.ufpel.br –
Pesquisa Financiada com Bolsa DS/CAPES.

2 Universidade Federal de Pelotas – UFPEL –
dfrmuseologo@yahoo.com.br

3 Universidade Federal de Pelotas – UFPEL – julianapoloni@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho discute a relação entre o patrimônio arqueológico e a sociedade, a partir da temática da musealização da arqueologia. Tem por objetivo apresentar algumas reflexões preliminares sobre o uso social do patrimônio arqueológico musealizado, a partir do estudo de caso que está sendo desenvolvido no Museu da Cidade do Rio Grande – MCRG, no extremo sul do Brasil.

A escolha desta instituição apoia-se fundamentalmente no papel que o Museu assume na preservação do patrimônio histórico e cultural do município do Rio Grande – cujo acervo institucional reúne artefatos relacionados ao período pré-colonial. Estes objetos foram doados à instituição desde a década de 1986, configurando-se, hoje, em uma vasta coleção de arqueologia regional. Além desta tipologia, o Museu reúne ainda coleções relacionadas ao processo de colonização do município, industrialização, vestuários, objetos de uso cotidiano da sociedade rio-grandina, especialmente do século XIX e XX.

Percebe-se no horizonte contemporâneo da musealização do patrimônio arqueológico a ocorrência de “camadas misturadas”, que traduzem um duplo abandono do passado indígena: uma mais pretérita, traduzida pelas memórias exiladas dos discursos oficiais, e uma mais contemporânea, representada pelo acúmulo desmedido de conjuntos artefatuais (FERREIRA e RIBEIRO, 2015), que se somam àqueles já existentes nas instituições de guarda e pesquisa.

Esta conjunção de fatores, que sobrepõe pretérito e presente, deixa ainda mais exposta a fratura do apagamento de memórias referentes ao passado indígena e, por força das circunstâncias – inclusive legais –, estratégias de gestão de acervos museológicos têm sido rediscutidas a partir dos inexoráveis usos sociais deste patrimônio (BRUNO, 2009; MORAES WICHERS, 2010; RIBEIRO, 2012; 2017). Diante deste cenário convém a discussão: por que esses objetos no museu são apenas potência? Como atualizar essa potência no presente, de modo a transformar coleção em ação? Como tirar os artefatos do anonimato, dos marcadores temporais, de categorias congeladas, e dar vida a eles?

Neste caso o MCRG é visto como cenário de articulação das memórias sociais e deve propiciar o espaço para o desenvolvimento da pesquisa científica sobre os acervos pré-coloniais e a valorização cultural. Importa sublinhar que essas coleções são tidas como descontextualizadas, o que implica um investimento ainda maior para dar nova vida ao que parece inerte nestes espaços.

2. METODOLOGIA

O proceder metodológico consistiu no levantamento bibliográfico referente à temática de estudo, e documental, relativo à instituição em análise. Por ser uma pesquisa de cunho qualitativo, este estudo está amparado por Minayo (1992) tendo em vista a perspectiva da pesquisa humana e social.

Como estratégia de coleta de dados, foi realizada observação participante com elaboração de roteiros semiestruturados e perguntas elaboradas de modo aberto com a equipe técnica da instituição.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

O Museu da Cidade do Rio Grande – MCRG é uma instituição privada, que foi criada na década de 1986, através de um decreto-lei municipal (2.524 de 18 de outubro de 1971). Por se tratar de um museu criado no escopo da administração municipal, inicialmente o projeto museográfico, deu atenção à representação de elementos sóciohistóricos, relacionados ao modo de vida burguês da cidade, e, posteriormente, inseriu as demais coleções no escopo de trabalho da instituição.

Dentre as tipologias amealhadas, figuram os acervos pré-coloniais, que são frutos de doações voluntárias de moradores da região, que procuraram a instituição para dar sentido a esses artefatos em espaços propícios para a sua comunicação. Entretanto, conforme investigado em estudos exploratórios, são escassas informações documentadas sobre a formação deste acervo. Consta na instituição somente apenas um catálogo de peças com informações generalistas, que tampouco informam sobre os seus locais de origem e prováveis doadores. Trata-se de uma realidade comum e transversal aos museus brasileiros.

Apesar dos esforços da instituição, os artefatos são dispostos em sentido contemplativo nas exposições, que não traduzem toda a complexidade dos processos de salvaguarda e comunicação museológica. Tampouco, referencia-se o vasto conhecimento arqueológico sobre esta região, que vem sendo documentado desde a década de 1960. Não obstante, informações sobre quem eram seus detentores demarcariam aspectos relacionados ao registro arqueológico; a transição de uma memória particular, dos sujeitos que coletaram, ao universo da vida pública, de memória coletiva; seus usos secundários, suas ressignificações de sentido e possíveis trânsitos, poderiam ser abordados tendo em vista a participação social nas ações museais.

Ao ouvir o que as pessoas têm a dizer sobre os artefatos, mesmo que sejam os agentes que manipulam os objetos, podem revelar aspectos que estão geralmente ocultos sobre a vida artefactual da cultura material. Dessa forma, seria fundamental abordar novas possibilidades de leituras sobre os artefatos, trazendo à tona aspectos pouco trabalhos pelas abordagens mais convencionais – dito de outro modo, oferecer à cultura material uma segunda vida (DEBARY, 2010).

4. CONCLUSÕES

Essa reflexão aponta para o necessário investimento teórico-metodológico que sirva para abrir a caixa de pandora dos artefatos (outrora fechados em caixas-pretas, em etiquetas-síntese, congelados em categorias taxonômicas, ou mesmo esmagados pela perspectiva cronológica), e os inserir em novas redes de sentidos e significados – onde efetivamente são atualizados socialmente e se tornam vivos.

Os objetos de museu são amplos e complexos. Deveriam transbordar, portanto, a materialidade bruta e abrir-se às tessituras de memórias e histórias daqueles que os encontram, ressignificaram e oferecem novos sentidos a eles, a partir de suas experiências individuais e coletivas. Dessa forma, o patrimônio não seria apenas um conjunto estático de coisas e objetos, cujo valor repousa inerte nas materialidades; mas, primordialmente, uma experiência aberta aos nexos, imagens e projeções que são criados a partir desses conjuntos artefatuais – tessitura esta que se amolda no presente, a partir de uma experiência subjetiva com o passado. Somente com a dilatação do conceito de matéria à experiência; de fechado a aberto; de fixo ao movimento; de intelecto aos afetos, podemos colocar essa discussão em pauta.

Como vimos, o cenário contemporâneo da musealização do patrimônio arqueológico demanda uma leitura atualizada sobre os conceitos de patrimônio e acervo, visto que os artefatos expostos à contemplação na vitrine museológica não traduzem, sozinhos, toda a complexidade dos processos de salvaguarda – informações adicionais relativas ao processo que originou a coleção ou acervo devem ser incorporadas às respectivas documentações museológicas.

Nesta tomada conceitual também convém uma abordagem mais ampla da concepção de museu como fenômeno social, que pode se renovar ao propor novas possibilidades de acesso e apropriação social das materialidades. A inserção de outras epistemes da cultura material – coletivos como as comunidades tradicionais – em consonância com autarquias federais, como o diálogo entre os agentes do IPHAN (Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) e o IBRAM (Instituto Brasileiro de Museus) são caminhos almejados para a preservação do patrimônio arqueológico brasileiro.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BRUNO, M. C. O. Estudos de Cultura Material e Coleções Museológicas: avanços, retrocesso e desafios. In: Cultural Material e patrimônio da Ciência e Tecnologia. Marcus Granato e Marcio R. Rangel. (Org.). Rio de Janeiro: **Museu de Astronomia e ciências Afins-MAST**, v. 1, p. 14-25, 2009.
- DEBARY, Octave. Segunda mão e segunda vida: objetos, lembranças e fotografias. **Revista Memória em Rede**, no. 3: 26-44, 2010.
- FERREIRA, L.M.; RIBEIRO, D. L.. Camadas reviradas: as práticas de musealização da arqueologia no Brasil. In: Aline Vieira de Carvalho; Camilo de Mello Vasconcellos; Pedro Paulo Funari. (Org.). **Museus e Identidades na América Latina**. 1ed. São Paulo: Annablume, 2015, v. 1, p. 159-176.
- MORAES WICHERS, Camila. de A. **Museus e Antropofagia do Patrimônio Arqueológico: (des) caminhos da prática brasileira**. 2010. 458p. (Tese de Doutorado), Programa de Pós-Graduação em Museologia, Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, Campo Grande. 2010.
- RIBEIRO, Diego. L. **A musealização da Arqueologia: um estudo dos Museus de Arqueologia de Xingó e do Sambaqui de Joinville**. (Tese de Doutorado), São Paulo, Universidade de São Paulo, 2012.
- RIBEIRO, Diego. L. Dados científicos e a sociedade: reflexões sobre algumas credíncias patrimoniais. **Revista Arqueologia Pública**, 11(2 [19]), 264-289, 2017. Disponível em: <<https://doi.org/10.20396/rap.v11i2.8651105>>. Acesso em: Janeiro/2020.